

# SUMÁRIO

## PARTE I

### TÉCNICA PROCESSUAL E TUTELA DOS DIREITOS

1. Do processo neutro ao processo adequado à tutela dos direitos.....	21
2. O escopo de tutela dos direitos.....	22
3. Técnica processual e tutela dos direitos .....	28
4. A técnica da cognição e a construção de procedimentos diferenciados .....	29
4.1. A técnica da cognição parcial .....	30
4.2. A técnica da cognição sumária.....	33
4.3. A técnica da cognição exauriente <i>secundum eventum probationis</i> .....	35
4.4. A técnica da cognição exauriente enquanto não definitiva .....	38
4.5. A técnica da cognição exauriente por ficção legal conjugada com a técnica da cognição exauriente <i>secundum eventum defensionis</i> .....	39
4.6. A técnica dos títulos executivos extrajudiciais .....	40
5. Técnica antecipatória, tutela cautelar, tutela antecipada e tutela da evidência ....	41

## PARTE II

### TUTELA DE URGÊNCIA: CAUTELAR E ANTECIPADA

1. A evolução da tutela de urgência: da tutela de segurança à compreensão e ao delineamento das tutelas cautelar e antecipada.....	50
1.1. A tutela cautelar na origem do direito processual civil.....	50
1.2. A proibição dos juízos de verossimilhança no processo clássico .....	55
1.3. O problema da demora do processo e as novas situações jurídicas carentes de tutela.....	56

1.4.	A superação da regra da <i>nulla esecutio sine titulo</i> e o escopo de tutela dos direitos .....	63
1.5.	O motivo da introdução da tutela antecipada no Código de 1973 .....	65
1.6.	As razões de Calamandrei e o apego irrefletido da doutrina .....	66
1.7.	A definição legislativa de tutela cautelar – art. 301, CPC .....	69
1.8.	A zona de penumbra no Código de 1973 .....	70
1.9.	O significado de tutela cautelar e de tutela antecipada no Código de 2015 .....	71
2.	Perfil da tutela cautelar .....	73
2.1.	Conceito .....	73
2.2.	Tutela assecuratória da tutela do direito material ou da situação jurídica tutelável .....	78
2.3.	Não satisfatividade .....	83
2.4.	Instrumentalidade .....	87
2.5.	Referibilidade .....	88
2.6.	Diferença entre cautelaridade e preventividade .....	89
3.	A tutela cautelar diante das tutelas contra o ilícito (inibitória e de remoção) .....	95
3.1.	A superação da confusão entre ilícito e dano e a identificação de tutelas jurisdicionais que têm como pressuposto apenas o ato contrário ao direito .....	95
3.2.	Tutelas contra o ilícito: tutela inibitória e tutela de remoção do ilícito .....	97
3.3.	Tutela inibitória e tutela cautelar .....	101
3.4.	Tutela de remoção do ilícito e tutela cautelar .....	107
4.	Da tutela antecipada .....	108
4.1.	Tutela antecipada ou tutela do direito mediante cognição sumária .....	108
4.2.	Tutela antecipada declaratória e constitutiva? .....	110
4.3.	Tutela antecipada de soma em dinheiro .....	115
4.4.	Irreversibilidade dos efeitos jurídicos da decisão .....	119
4.5.	A irreversibilidade dos efeitos fáticos é uma consequência inerente à natureza da tutela antecipada .....	122
5.	Pressupostos das tutelas cautelar e antecipada .....	127

5.1.	Perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo.....	127
5.2.	Perigo de ato contrário ao direito e da prorrogação dos efeitos concretos da conduta ilícita .....	128
5.3.	Perigo de dano a direito conexo ao direito à tutela final .....	129
5.4.	Probabilidade do direito .....	130
6.	Tutelas nas formas antecedente e incidente e momento para a concessão da tutela incidente.....	131
6.1.	Tutelas cautelar e antecipada nas formas antecedente e incidente .....	131
6.2.	Momento de concessão da tutela urgente incidental .....	134
6.2.1.	Tutela de urgência antes da ouvida do réu .....	134
6.2.2.	Justificação prévia para a concessão da tutela de urgência.....	135
6.2.3.	Tutela de urgência na sentença.....	136
7.	Tutela urgente contra a Fazenda Pública .....	137
8.	Prova, convicção e justificativa.....	141
8.1.	Prova e convencimento.....	141
8.2.	Convicção e verossimilhança.....	141
8.3.	A chamada convicção de “verossimilhança preponderante” .....	142
8.4.	A convicção de probabilidade diante da postecipação do contraditório... ..	144
8.5.	Convicção de probabilidade, racionalidade da decisão e critérios decisoriais.....	145
8.6.	Justificativa da convicção de probabilidade.....	146
8.7.	Crítérios para o controle da racionalidade do discurso baseado na convicção de probabilidade .....	148
8.8.	Convicção de probabilidade e caso concreto .....	149
8.9.	A importância da identificação da tutela do direito a ser antecipada para a racionalização da convicção de probabilidade.....	150
8.10.	A convicção de probabilidade diante das várias tutelas de direito que podem ser antecipadas .....	151
8.11.	Convicção de probabilidade e os elementos da tutela cautelar .....	155
8.12.	Perigo enquanto conceito que guarda em si a probabilidade .....	156
8.13.	Dificuldade da prova e credibilidade das alegações .....	158

8.14.	Convicção de probabilidade e consideração das posições em disputa.....	159
8.15.	Convicção de probabilidade e caução .....	163
9.	Efetivação da tutela de urgência.....	164
9.1.	Execução “provisória”, execução incompleta e execução fundada em cognição não definitiva.....	164
9.2.	Execução e efetivação da tutela antecipada.....	166
9.3.	Efetivação da tutela de urgência nas hipóteses em que se almeja fazer, não fazer, entrega de coisa e soma em dinheiro.....	169
9.4.	A prisão como meio de coerção indireta .....	172
9.5.	Execução da tutela antecipada de pagamento de soma em dinheiro.....	179
9.5.1.	O uso da multa para dar efetividade à tutela antecipada de soma em dinheiro.....	179
9.5.2.	O emprego da penhora <i>online</i> .....	182
9.5.3.	A tutela antecipada na ação ressarcitória .....	183
9.5.3.1.	Justificativa .....	183
9.5.3.2.	A natureza alimentar da tutela antecipada na ação ressarcitória .....	187
9.5.3.3.	A efetivação da tutela antecipada na ação de ressarcimento .....	188
9.5.3.4.	A execução da tutela antecipada de soma em dinheiro, na ação de ressarcimento, admite a expropriação de bem sem a prestação de caução .....	190
9.6.	Caução para a concessão da tutela de urgência.....	192
10.	Controle do poder executivo do juiz.....	193
10.1.	A racionalidade da tutela antecipada parcial.....	193
10.2.	O princípio da tipicidade dos meios executivos .....	195
10.3.	O princípio da tipicidade como previsão de meios de execução por sub- -rogação .....	196
10.4.	As novas necessidades do direito material e a insuficiência dos meios executivos tipificados em lei .....	197
10.5.	Do princípio da tipicidade ao princípio da concentração dos poderes de execução .....	198

10.6.	A influência do direito fundamental à tutela jurisdicional efetiva sobre o princípio da concentração .....	199
10.7.	As cláusulas gerais executivas como respostas ao direito ao meio executivo adequado .....	201
10.8.	Princípio da concentração, ruptura da regra da congruência e possibilidade de alteração do meio executivo.....	203
10.9.	A omissão legal e o dever de o juiz determinar o meio executivo adequado como decorrência do direito fundamental à tutela jurisdicional efetiva ...	204
10.10.	O controle do poder executivo diante das cláusulas gerais .....	206
10.11.	O controle do poder executivo após o trânsito em julgado .....	209
10.12.	O controle da alteração da modalidade executiva na tutela antecipada... ..	210
10.13.	O controle da determinação da modalidade executiva adequada na antecipação de soma .....	211
10.14.	A justificativa como forma de racionalizar o uso do poder de execução e de viabilizar a participação das partes no processo.....	214
11.	Revogação e modificação da tutela .....	215
11.1.	Eficácia temporal das tutelas cautelar e antecipada .....	215
11.2.	Manutenção excepcional da tutela de urgência em caso de sentença de improcedência.....	216
11.3.	Fundamentos para a revogação ou modificação da tutela de urgência.....	217
11.4.	Revogação ou modificação da tutela de urgência no tribunal .....	218
11.5.	Modificação da tutela em proveito da parte que a obteve .....	219
11.6.	Eficácia da tutela no período de suspensão do processo .....	219
12.	Restituição das coisas no estado anterior, reparação dos danos e responsabilidade pelo dano provocado pela efetivação da tutela urgente .....	220
12.1.	A restituição das coisas no estado anterior e a reparação dos danos provocados pela execução .....	220
12.2.	Pressupostos da responsabilidade da parte que requereu a tutela de urgência efetivada em prejuízo do adversário.....	221
12.3.	Hipóteses de responsabilidade objetiva.....	222
12.4.	Liquidação da indenização .....	225
13.	Procedimento em caso de tutela antecipada antecedente .....	228

13.1.	Justificativa e importância do uso adequado da tutela antecipada na forma antecedente .....	228
13.2.	Requisitos da petição inicial em que se pede tutela antecipada antecedente .....	228
13.3.	Procedimento em caso de concessão da tutela antecipada na forma antecedente .....	229
13.4.	Procedimento quando a tutela antecipada é indeferida .....	230
14.	Estabilização de tutela .....	231
14.1.	Fundamento da estabilização da tutela.....	231
14.2.	O problema da generalização do significado de inércia do demandado ..	232
14.3.	O esquecimento de que, se a tutela antecipada pode se estabilizar quando é requerida na forma antecedente, não há motivo algum para não poder se estabilizar quando é requerida na petição inicial da ação em que se pede a tutela do direito .....	235
14.4.	Requisitos para a estabilização da tutela .....	235
14.5.	Concessão parcial da tutela antecipada ou requerimento de tutela antecipada que não abrange a integralidade do mérito .....	236
14.6.	Efeitos temporalmente ilimitados da tutela estabilizada .....	237
14.7.	Tutela estabilizada, declaração sumária e constituição provisória.....	239
14.8.	Possibilidade de reforma e invalidação da tutela antecipada estabilizada	240
14.9.	Fluência do prazo para a propositura da ação objetivando reforma ou invalidação da tutela estabilizada.....	241
14.10.	Não há coisa julgada, mas apenas extinção do direito de reformar ou invalidar a tutela estabilizada, depois de exaurido o prazo de dois anos do § 5º do art. 304 .....	242
14.11.	Estabilização da tutela contra a fazenda pública.....	246
15.	Diferenças entre os procedimentos das tutelas antecipada e cautelar antecedentes...	250
15.1.	Distinção entre o procedimento da tutela cautelar antecedente e o procedimento da tutela antecipada antecedente.....	250
15.2.	Ações cautelar e principal num único processo e ação única com requerimento de tutela antecipada antecedente .....	252
15.3.	Diferença da urgência que legitima a tutela cautelar na forma antecedente ...	253
15.4.	Fungibilidade das tutelas cautelar e antecipada.....	254

16. Do procedimento cautelar.....	254
16.1. Requisitos da petição inicial da tutela cautelar antecedente .....	254
16.2. Concessão da tutela cautelar antes da citação do réu .....	255
16.3. Procedimento acelerado .....	255
16.4. Apresentada a contestação será observado o procedimento comum .....	256
16.5. Contestação e defesa .....	257
16.6. Reconhecimento da procedência do pedido .....	258
16.7. Pedido de tutela cautelar e efeitos da revelia .....	258
16.8. Provas admissíveis .....	260
17. Repercussão da decisão tomada em sede cautelar sobre o julgamento do pedido de tutela do direito .....	260
17.1. A decisão cautelar não interfere sobre o julgamento do pedido principal... ..	260
17.2. Reconhecimento de decadência ou de prescrição em sede de tutela cautelar .....	261
18. Ação principal.....	262
18.1. Duas ações e um processo .....	262
18.2. Aditamento da causa de pedir?.....	263
18.3. Relação entre ação principal e efetivação da tutela cautelar .....	264
18.4. Procedimento após o ajuizamento da ação principal.....	264
18.5. Cumulação das ações cautelar e principal.....	265
19. Cessaçãoda eficácia da tutela cautelar .....	265
19.1. Introdução .....	265
19.2. Não formulação do pedido principal no prazo legal.....	265
19.3. Não efetivação da tutela em trinta dias.....	267
19.4. Improcedência do pedido principal ou extinção do processo sem resolução de mérito .....	268
20. Renovação do pedido de tutela cautelar sob novo fundamento.....	269

**PARTE III**  
**TUTELA DA EVIDÊNCIA**

1.	Introdução.....	276
1.1.	Tutela da Evidência como Técnica de Distribuição do Tempo do Processo ...	276
1.2.	O Tempo do Processo como Ônus e a Necessidade da sua Distribuição entre as Partes .....	277
1.3.	A Falsidade do Princípio da <i>Nulla Executio Sine Titulo</i> Diante do Conflito entre o Direito à Tutela Tempestiva e o Direito à Cognição Definitiva.....	279
1.4.	Evidência do Direito e Fragilidade da Defesa .....	282
1.5.	Evidência dos Fatos Constitutivos, Inconsistência da Defesa e Distribuição do Ônus do Tempo Processo .....	283
1.6.	A Importância de Situar Corretamente os Fatos Litigiosos para a Distribuição do Tempo do Processo .....	287
1.7.	A Condenação com Reserva no Direito Italiano .....	289
1.8.	Pressupostos da Tutela da Evidência .....	291
1.9.	A Defesa de Mérito, Além de Não Poder Ser de Pronto Solução, Deve Ser Inconsistente.....	292
2.	A Tutela da Evidência Baseada na Técnica da Reserva da Cognição da Defesa de Mérito Indireta Infundada.....	296
2.1.	Os Critérios da Não Contestação e da Incompatibilidade entre Apresentação de Defesa de Mérito Indireta e Negação dos Fatos Constitutivos.....	296
2.2.	A Defesa de Mérito Indireta Equivale, em regra, à Não Contestação dos Fatos Constitutivos .....	298
2.3.	Resolução do Impasse Diante da Incompatibilidade entre as Defesas de Mérito Direta e Indireta.....	299
2.4.	O Dever de o Réu se Manifestar Sobre os Fatos Narrados na Petição Inicial, o Dever de Veracidade e o Dever de o Réu Esclarecer a sua Defesa .....	301
3.	Tutela da Evidência Baseada na Técnica da Prova dos Fatos Constitutivos .....	303
3.1.	A Prova Documental dos Fatos Constitutivos .....	303
3.2.	A Necessidade de Tutela da Evidência no Procedimento Monitório .....	305
3.3.	A Diferença entre Prova Escrita, Prova Suficiente para a Tutela da Evidência e Prova Suficiente para a Procedência do Pedido.....	305



3.4.	A Tutela da Evidência e a Tutela Antecipada no Procedimento Monitório ...	310
3.5.	A Execução Imediata no Caso de Improcedência dos Embargos ao Mandado Monitório.....	313
3.6.	A Tutela da Evidência Mediante a Técnica Monitória (Prova do Fato Constitutivo) no Procedimento Comum.....	314
3.7.	A Tutela da Evidência Quando a Ação Impõe Entrega de Coisa, Fazer ou Não Fazer .....	316
4.	A Tutela da Evidência Fundada em Prova do Fato Constitutivo e em Defesa Direta Infundada .....	318
4.1.	Defesa Direta Infundada .....	318
4.2.	A Tutela da Evidência Baseada em Prova Emprestada .....	319
4.3.	A Tutela da Evidência na Hipótese de Prova do Núcleo do Fato Constitutivo e de Contestação Infundada dos seus Elementos Secundários.....	320
5.	Justificativa da Tutela da Evidência Baseada em Defesa Indireta Infundada.....	321
5.1.	O Critério da Distribuição do Ônus da Prova como Vetor para a Repartição do Tempo do Processo .....	321
5.2.	O Princípio de que o Tempo do Processo Deve ser Suportado pela Parte que Necessita da Instrução da Causa.....	322
5.3.	O Processo não Pode Prejudicar o Autor que Tem Razão .....	326
5.4.	A Necessidade de Evitar o Abuso do Direito de Defesa.....	328
6.	Justificativa da Tutela de Evidência na Hipótese de Defesa Direta Infundada .....	329
6.1.	A Imprescindibilidade de Defesa Direta Necessariamente Fundada Diante da Força Argumentativa Implícita na Prova do Autor.....	329
6.2.	A Força da Prova do Autor como Critério para se ter como Abusiva a Defesa Direta Apresentada sem Fundamento Sêrio.....	330
7.	A Tutela da Evidência na Dimensão dos Direitos Fundamentais Processuais.....	331
8.	As Hipóteses do art. 311 do Código de Processo Civil.....	333
8.1.	A Cláusula Geral do “Abuso do direito de Defesa ou Manifesto Propósito Protelatório” .....	333
8.2.	“As Alegações de Fato Puderem ser Comprovadas Apenas Documentalmente e Houver Tese Firmada em Julgamento de Casos Repetitivos ou em Súmula Vinculante” .....	334

8.3.	“Se Tratar de Pedido Reipersecutório Fundado em Prova Documental Adequada do Contrato de Depósito, Caso em que será Decretada a Ordem de Entrega do Objeto Custodiado, Sob Cominação de Multa” .....	335
8.4.	“A Petição Inicial for Instruída com Prova Documental Suficiente dos Fatos Constitutivos do Direito do Autor, a que o Réu Não Oponha Prova Capaz de Gerar Dúvida Razoável” .....	337
9.	A Inconstitucionalidade do Parágrafo Único do art. 311 .....	338
10.	Tutela da Evidência e Fundamentação .....	340
11.	Momento Oportuno à Concessão da Tutela da Evidência .....	341
12.	Possibilidade de Revogação da Tutela e Agravo de Instrumento com Efeito Suspensivo .....	343
13.	Execução Imediata da Tutela da Evidência e a Questão da Caução .....	344
14.	Tutela da Evidência na Sentença .....	346
14.1.	A Tutela da Evidência Diante da Contestação Genérica .....	346
14.2.	O Réu que Comparece no Processo e Não Apresenta Contestação .....	350
14.3.	Contestação que Nega Precedente de Corte Suprema .....	352
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>		<b>355</b>